



# MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ)

# CONCURSO PÚBLICO

## Nível Superior

CARGO

# 8

ANALISTA ADMINISTRATIVO  
ESPECIALIDADE:  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## MANHÃ

## Caderno J

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém as provas objetivas e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
*Saber é compreender as coisas que mais convêm.*
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I 7/4/2009, após as 19h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II 8 e 9/4/2009 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 28/4/2009 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

**OBSERVAÇÕES:**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens das provas objetivas se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 No mundo moderno em que vivemos, é certamente difícil reconstituir as sensações, as impressões que tiveram os primeiros homens em contato com a natureza. A imensa variedade de corpos e acontecimentos que nos envolvem gerou as noções de matéria, de espaço e de tempo, fundamentalmente entrelaçadas no conhecimento das coisas.

7 No estado de repouso e de movimento dos objetos — esta casa parada, aquela pedra atirada que cai, o movimento do sol, da lua, no céu — estão intimamente associados

10 os conceitos de lugar que ocupam sucessivamente os corpos, de espaço e de tempo.

13 Tempo, espaço e matéria são, pois, ideias que penetram o nosso conhecimento das coisas, desde o mais primitivo, e que evoluíram por meio das especulações filosóficas até as modernas investigações científicas, que as integraram em um nível mais profundo de síntese, uma unificação que levou milênios para ser atingida.

José Leite Lopes. **Tempo = espaço = matéria**. In: Aduato Novaes (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 167 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir a respeito da organização do texto apresentado.

- 1 No desenvolvimento da textualidade, a substituição do trecho “em que vivemos” (l.1) por **no qual vivemos** ou por **onde vivemos** não acarreta prejuízo para a coerência nem para a correção gramatical do texto.
- 2 Devido à função que exerce na oração, a vírgula empregada depois de “sensações” (l.2) poderia ser substituída tanto pela conjunção **e** como pela conjunção **ou**, sem prejudicar a correção gramatical ou a coerência do texto.
- 3 Preservam-se a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir “A imensa variedade de” (l.3-4) por **Os inúmeros**.
- 4 A expressão “No estado de repouso e de movimento dos objetos” (l.7) localiza onde se associam os “conceitos” referidos na linha 10.
- 5 O uso dos travessões, nas linhas 7 e 9, marca a inserção de uma informação que também poderia ser assinalada por duas vírgulas; mas, nesse caso, o texto não deixaria clara a hierarquia de informações em relação aos termos da enumeração já separados por vírgulas.
- 6 Na linha 12, caso se deslocasse a conjunção “pois” para o início da oração, a coerência da argumentação seria preservada, desde que fossem retiradas as duas vírgulas que isolam essa palavra e que se fizessem os necessários ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.
- 7 Na organização das ideias no texto, o pronome “que” (l.14) retoma “nosso conhecimento das coisas” (l.13).
- 8 Por se referir a “um nível mais profundo de síntese” (l.16), a expressão “uma unificação que” (l.16-17) pode ser substituída por **o que**, sem prejudicar a argumentação ou a correção gramatical do texto.

Acerca da redação de documentos oficiais, julgue os itens que se seguem.

- 9 Respeitam-se as normas relativas à redação de documentos oficiais ao se finalizar um atestado ou uma declaração da maneira apresentada a seguir.

Atenciosamente,

(assinatura)

Fulano de Tal

Brasília, 15 de março de 2009

- 10 Desrespeitam-se as exigências de clareza, objetividade e obediência às regras gramaticais ao se apresentar o seguinte parágrafo no início de um relatório, em um órgão público.

### 1. APRESENTAÇÃO

Ao apresentar este relatório, os resultados parciais da Ouvidoria realizada durante os meses de Outubro e Novembro de 2008, ano em que visamos a melhorias no atendimento dos usuários e na eficiência nos procedimentos internos graças às restrições orçamentárias oriundas de financiamento para as áreas-fins.

Nos Estados Unidos da América (EUA), desemprego e fome se espalham. Índice de desocupados chega a 22,6% em alguns casos. Insegurança alimentar atinge uma em cada 9 casas. A primeira reação costuma ser de espanto, e é seguida de uma pergunta: como é que os cidadãos do país mais rico do mundo podem chegar a um nível financeiro tão desesperador? Em seguida, surge entre eles próprios a segunda reação: lamentar-se, com uma dose de constrangimento misturada a outra de vergonha.

Isso é perceptível até mesmo no jargão oficial do governo. Suas estatísticas mostram que, hoje, uma em cada nove residências é habitada por pessoas com “insegurança alimentar”. Esse passou a ser o termo usado para se admitir, de forma menos chocante, que se trata de famílias que chegam a passar fome.

O Globo, 15/2/2009, p. 34 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens de **11 a 20**.

- 11 A atual crise econômica global, iniciada nos EUA, no segundo semestre de 2008, apresenta uma característica marcante, isto é, diferentemente do que ocorre em geral, desta vez os mercados financeiros é que contaminaram a economia real.
- 12 A origem da mencionada crise está ligada a problemas verificados no setor de crédito imobiliário, que arrasta instituições financeiras e, no desdobramento, atinge áreas diversas do sistema produtivo.
- 13 O cenário de crise, embora de extrema gravidade, parece não ter influenciado no recente processo eleitoral norte-americano, pois o governo Bush conseguiu eleger o candidato de seu partido, o republicano Barack Obama.

- 14 No texto, a afirmação de que os EUA são o país mais rico do mundo é equivocada, porque essa posição foi perdida há algum tempo para a China, que, na atualidade, detém a liderança econômica e militar exercida pelos norte-americanos por várias décadas.
- 15 O que mais chama a atenção na presente crise econômico-financeira é o caráter de ineditismo de que se reveste, já que, pelo menos no século XX, nada parecido ou de grande magnitude chegou a abalar o capitalismo mundial.
- 16 A disseminação mundial da crise foi facilitada pela própria natureza da economia contemporânea, a globalização, caracterizada pela vigorosa interdependência entre os mais diversos setores da economia e as distintas regiões do planeta.
- 17 Aproveitando a experiência do passado, os países recusam-se, com essa crise, a tomar medidas de cunho protecionista, para não agravar uma situação que atinge a todos.
- 18 Tal como ocorre no presente, o desemprego costuma ser um dos mais elevados custos sociais que uma crise econômica de grandes proporções acarreta.
- 19 Países considerados emergentes no cenário econômico mundial, como o Brasil e a Índia, podem não ser muitos afetados pela atual crise por serem detentores de matérias primas estratégicas e por pouco dependerem do consumo externo, ao contrário do que ocorre com os de economia mais desenvolvida.
- 20 Blocos econômicos, como a União Europeia e o MERCOSUL, compõem o panorama do que se convencionou chamar de globalização e derivam, entre outras razões, da necessidade de se posicionar bem no competitivo mercado mundial.

#### The U.N. and the sea grab of today

It was the Maltese delegate to the United Nations (U.N.) who spoke up first, in November 1967, to urge the members of the U.N. to use their collective clout to come to an agreement on fair and responsible use of the world's oceans. It took 15 years, but an agreement was eventually struck from a nine-year conference that produced the U.N. Convention on the Law of the Sea.

The treaty was completed in 1982 and came into force in 1994. Essentially, it codified already established customs, like the Law of the Sea. International waters remained international, "the common heritage of all mankind". Limitations were set on how much coastal water and seafloor a nation could claim as its own.

Other legislation determined by the convention included creating the concept of exclusive economic zones (EEZ). Territorial waters are extensions of a state's laws and right of defense; EEZs are extensions of a state's rights to resources offshore. The boundaries of an EEZ go well beyond territorial waters, extending 200 miles (322 km) from shore. All of the organic and mineral resources found in these waters are the exclusive domain of the coastal nation it belongs to.

Josh Clark. *Who owns the oceans?*  
Internet: <geography.howstuffworks.com> (adapted).

According to the text, judge the following items.

- 21 It has taken nine years for an agreement on fair and responsible use of the world's oceans to be struck since the Maltese delegate to the United Nations spoke about it.
- 22 The treaty on fair and responsible use of the world's oceans was struck in 1982 and came into force right away.
- 23 Legislation determined by the U.N. Convention on the Law of the Sea included limitations on how much coastal water a nation could claim as its own.
- 24 According to the U.N. Convention on the Law of the Sea, the boundaries of an exclusive economic zone exceed territorial waters.

#### Text for items from 25 through 30

#### Sharks in the water

In the last year, Somalia's pirates have attacked 120 vessels in the Gulf of Aden, choking commerce in a critical shipping lane (the transit route for 20 percent of the world's oil), blocking aid supplies and driving up transport costs.

The last few weeks have shown how hard it will be to defeat the pirates on the high seas, which seems like the international community's approach. When British Marines tried to board a captured fishing dhow on Nov. 11, they had to go in with guns blazing and killed one possible hostage in the process. A week later, an Indian warship opened fire on what it thought was a pirate mother ship. But the target turned out to be a Thai fishing vessel. When pirates seized their most valuable prize ever on Nov. 15 — the Sirius Star supertanker holding 2 million barrels of Saudi crude — everyone kept their distance.

As this suggests, Somalia's seaborne bandits are making a mockery of all efforts to stop them. Pirates have only increased their efforts, ranging across an area bigger than the Mediterranean. The Sirius Star was taken 450 nautical miles southeast of Kenya, and with it, the Somalis now hold 300 hostages and 15 ships.

The Somalia's internationally recognized transitional government has invited foreign navies to do what's necessary to stop the pirates, even attacking them ashore if need be. The Security Council has affirmed that option. Moreover, nearly all of Somalia's pirates come from one region (Puntland), live in a single town (Boosaaso) and stash captured vessels in one of three ports (Eyl, Hobyor or Haradhere) — making interdiction that much easier. Andrew Linington of Nautilus UK, a seaman's union that has had many of its members taken hostage, says the international community "knows where the pirates are, they know the ports they use, they know the mother ships. Stopping them could be done," he says. But that would be expensive at a time when U.S. resources are tied up in Afghanistan and Iraq.

Rod Nordlant. *Sharks in the water.*  
Internet: <www.newsweek.com> (adapted).

According to the text, it is correct to affirm that

- 25 British Marines tried to board a captured pirate ship on Nov 11. In this process, a possible hostage was killed.
- 26 an Indian warship attacked a supposed pirate mother ship which was, nevertheless, a fishing vessel.
- 27 a supertanker was the pirates' most valuable capture.

Judge the following items according to the text.

- 28 The efforts to stop the attacks have forced the pirates to shrink the area of their activities.
- 29 Although the international community may know where the pirates are or the ports they use, interdicting them would be quite expensive for the U.S. at this moment.
- 30 All of Somalia's pirates come from one region, what makes their interdiction quite easy.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considere a situação de um empregado público de empresa pública federal, prestadora de serviços públicos, que tenha sido demitido por justa causa e, por discordar do fundamento da demissão, tenha ingressado na justiça do trabalho com reclamação trabalhista, pleiteando verbas rescisórias, já que estaria submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com relação a essa situação e acerca da organização administrativa da União e da sua administração indireta, julgue os itens seguintes.

- 31** Os salários dos empregados das empresas públicas federais são fixados por meio de lei ordinária federal.
- 32** Julgada procedente a reclamação trabalhista descrita acima, os bens da referida empresa pública, mesmo aqueles destinados à sua atividade fim, poderão ser penhorados.
- 33** A referida reclamação trabalhista deverá ser julgada pela justiça federal, e não pela justiça do trabalho.

Considere que a ANTAQ tenha editado resolução que exija, como requisito para obtenção de autorização para o afretamento de embarcações estrangeiras, a prévia consulta sobre a disponibilidade de embarcações nacionais que possam fazer a navegação de cabotagem. Acerca dessa situação hipotética e dos atos administrativos a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 34** As resoluções editadas pelas agências reguladoras com vistas a regular o serviço público concedido, quando dotadas de características de abstração e generalidade, como no caso apresentado, não poderão ser impugnadas diretamente por meio de mandado de segurança, mesmo que haja direito líquido e certo.
- 35** Por serem consideradas atos normativos primários, resoluções como a descrita poderão ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.
- 36** Resoluções como a mencionada são classificadas como atos administrativos compostos, já que são formadas pela vontade de mais de um agente público.

Considere a situação de uma usuária de serviço público concedido que não se conforma em pagar quantia fixa mensal a título de disponibilização do serviço ofertado pela concessionária mesmo quando não utiliza esse serviço. Insatisfeita com a situação, a usuária faz uma reclamação à agência reguladora, a qual decide que, de fato, a referida tarifa não é devida. Com relação a essa situação hipotética e aos contratos administrativos, julgue os itens de **37** a **39**.

- 37** O valor cobrado na hipótese pela concessionária não será devido, mesmo que a sua cobrança esteja autorizada no contrato de concessão firmado entre a concessionária e o poder concedente, já que os contratos administrativos não podem gerar efeitos em face dos usuários dos serviços públicos que não participaram do contrato.

- 38** O litígio travado entre a concessionária de serviço público e o poder concedente, diante do contrato de concessão, decorrente, por exemplo, de situações como a descrita, poderá ser solucionado por meio da arbitragem.
- 39** Resolvida a questão perante o órgão regulador, o poder concedente tem competência para determinar que a concessionária deixe de cobrar a referida tarifa, sob pena de rescisão do contrato de concessão.

Uma agência reguladora emitiu ato autorizativo precário. Três anos depois de editado o referido ato, verificou-se que o mesmo teria sido dado de forma ilegal. Imediatamente, o órgão competente determinou a instauração de processo administrativo visando a cassar esse ato, assegurando-se ao seu destinatário o direito de ampla defesa e o contraditório. O processo só foi finalizado mais de 5 anos depois da edição do ato — tendo-se concluído que o mesmo tinha sido editado de forma ilegal —, quando foi então concluso para julgamento por parte da autoridade competente.

Com relação a essa situação hipotética e ao processo administrativo, na forma da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens subsequentes.

- 40** Na situação apresentada, a autoridade competente poderá delegar poderes para que outra autoridade a ela subordinada decida a respeito do referido processo.
- 41** Como já foi ultrapassado o prazo de 5 anos, a contar da data da edição do ato autorizativo, operou-se a decadência do direito de cassar o referido ato.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, tendo como base o regime jurídico estatutário dos servidores públicos federais.

- 42** Pedro, servidor público federal, é casado com Maria, servidora pública do estado de Minas Gerais. Maria foi deslocada, no interesse da administração, para trabalhar em outro município. Nesse caso hipotético, Pedro poderá, independentemente do interesse da administração federal, ser removido para o mesmo município do deslocamento de Maria, com o objetivo de acompanhá-la.
- 43** Um servidor público federal pediu exoneração do seu cargo antes da abertura de processo administrativo disciplinar contra si. Concluiu-se, ao final, que esse servidor praticou infração administrativa para a qual a pena prevista é a de demissão. Nessa situação, a referida penalidade não poderá ser aplicada caso o acusado não seja mais servidor público na data da decisão do processo.

Considere que a União, por meio de dispensa de licitação, tenha firmado contrato de prestação de serviços de forma continuada com determinada empresa. Firmado o contrato, o órgão da União responsável pelo contrato passou a exigir da referida empresa a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o contrato. Diante dessa situação hipotética e acerca da licitação pública, na forma da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens seguintes.

- 44** A exigência de regularidade fiscal, caso ocorra na fase de habilitação, é ilegal, pois se trata de contrato firmado por dispensa de licitação.
- 45** Se a administração pública não fizer a referida exigência ao longo da execução do contrato administrativo, a União poderá ser responsabilizada, de forma solidária, pelas respectivas contribuições devidas.

Julgue os itens que se seguem com relação ao regime constitucional da regulação de transportes.

- 46** Suponha que uma empresa estrangeira de transporte aquaviário pretenda desenvolver o transporte de cabotagem de passageiros no Brasil. Nesse caso, sendo essa empresa estrangeira, estará vedada a sua atuação em águas brasileiras.
- 47** Considere que a União pretenda comprar petróleo bruto do Canadá com vistas a regular o preço dos seus derivados no mercado interno. Nesse caso, o transporte desse petróleo da origem para o Brasil deverá ser feito em regime de monopólio pela União.

Considere que um estado da federação, que não possui fronteira com outros países, pretenda explorar, diretamente, a atividade de transporte aquaviário de passageiros entre portos localizados em seu território, bem como prestar melhor atendimento às demandas por estrutura portuária. Com respeito a essa situação e à organização do Estado, na forma da Constituição Federal (CF), julgue os itens subsequentes.

- 48** Nesse caso, conforme a CF/1988, a atividade de transporte aquaviário é privativa da União, não podendo os estados membros exercerem essa atividade.
- 49** O serviço público de infraestrutura aeroportuária é de competência comum entre a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios, não sendo esse serviço monopólio da União.
- 50** Se a exploração de infraestrutura de transporte for associada à prestação de serviços de transporte, a outorga adequada será a concessão, e não a permissão ou a autorização.
- 51** Depende de autorização a construção e a exploração de instalação portuária pública de pequeno porte.

Julgue os próximos itens relativos à organização do poderes.

- 52** Os diretores das agências reguladoras serão escolhidos pelo presidente da República, mas essa escolha deve ser aprovada, por meio de voto secreto, após arguição pública, pelo Senado Federal.
- 53** As agências reguladoras federais possuem elevado grau de independência em face do poder central, razão pela qual não estão submetidas ao controle por parte do Tribunal de Contas da União, no que se refere aos aspectos de eficiência do serviço público concedido, fiscalizado pelas agências.
- 54** O Poder Judiciário não pode anular ato de nomeação dos diretores das agências reguladoras.

Considere que determinado navio petroleiro, ao fazer a aproximação no porto de Santos, no estado de São Paulo, tenha colidido com outra embarcação, causando significativo dano ambiental nas praias daquele estado. Com relação a esse caso hipotético, julgue os itens a seguir, acerca da organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.

- 55** Nesse caso, caberá exclusivamente ao Ministério Público do estado de São Paulo propor a devida ação penal.
- 56** A ação judicial de reparação de danos ambientais não será de competência privativa do Ministério Público.
- 57** Caberá à justiça federal da seção judiciária de Santos julgar tanto a ação civil quanto a ação penal em face do acidente em tela.

Com relação à ordem econômica, julgue os itens que se seguem.

- 58** A exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- 59** As empresas estatais, no que se refere à constituição e ao funcionamento dos respectivos conselhos de administração e fiscal, deverão contar com a efetiva participação de acionistas minoritários.
- 60** Suponha que, por meio de lei, a União tenha instituído contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados. Nesse caso, os recursos arrecadados serão destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à legislação societária, julgue os itens a seguir.

- 61** As ações ordinárias das companhias fechadas poderão ser de diferentes classes, tendo como critérios a prioridade na distribuição de dividendos, a exigência de dispersão da propriedade e o direito de voto em separado para determinadas decisões.
- 62** A operação de reembolso das ações poderá ser efetuada diretamente, mediante redução do capital, ou à conta de lucros ou reservas — exceto a legal —, caso em que as ações ficarão em tesouraria, para recolocação, no prazo máximo de 120 dias.
- 63** Com as modificações promovidas recentemente na legislação societária, substituiu-se a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) pela demonstração dos fluxos de disponibilidades, mas esta é obrigatória somente para as companhias abertas com patrimônio líquido superior a R\$ 2 milhões na data do balanço.

Com referência aos registros e demonstrações da contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

- 64** O registro de descentralização externa de crédito será efetuado, na unidade gestora concedente, por meio do seguinte lançamento:  
D – crédito disponível  
C – provisão concedida
- 65** Suponha que, em determinado ente, se tenha verificado, ao final do exercício, insuficiência de arrecadação de R\$ 1.350.000,00 e economia de despesas de R\$ 800.000,00. Nesse caso, é correto afirmar que houve *deficit* na execução orçamentária de R\$ 550.000,00.
- 66** Sabendo-se que o saldo final das disponibilidades, no balanço financeiro de uma determinada empresa, foi de R\$ 650.000,00; o saldo das receitas e despesas orçamentárias, de R\$ 300.000,00; e o das receitas e despesas extraorçamentárias, negativo em R\$ 150.000,00, conclui-se que o saldo inicial era de R\$ 500.000,00.
- 67** Sabendo-se que o *superavit* financeiro no balanço patrimonial de um determinado ente foi de R\$ 180.000,00; o passivo permanente era de R\$ 320.000,00; e o passivo real descoberto, de R\$ 110.000,00, conclui-se que o ativo permanente desse ente é de R\$ 250.000,00.

Com relação aos princípios fundamentais da contabilidade e às demonstrações contábeis das sociedades comerciais, julgue os itens seguintes.

- 68** O aumento de capital nas companhias, com aproveitamento de lucros ou reservas, poderá ocorrer sem aumento do número de ações, com distribuição de ações novas ou com alteração do valor nominal das ações.
- 69** Suponha que uma sociedade comercial tenha apresentado os seguintes saldos ao final do período:
- ▶ vendas de produtos: R\$ 4.500.000,00;
  - ▶ descontos condicionais a clientes: R\$ 250.000,00;
  - ▶ descontos incondicionais sobre vendas: R\$ 350.000,00;
  - ▶ IPI sobre vendas: R\$ 900.000,00 (acrescido às vendas);
  - ▶ ICMS sobre vendas: R\$ 675.000,00 (embutido nas vendas).
- Nesse caso, a receita líquida de vendas corresponderá a R\$ 3.475.000,00.
- 70** As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, existentes à época do balanço, deverão ser mantidas pelo seu valor em moeda nacional à época da contratação da operação ou da última avaliação, se tiver havido valorização cambial no período, em consonância com o princípio da prudência.
- 71** Os ajustes e as eliminações decorrentes de processo de consolidação das demonstrações contábeis no setor público devem ser registrados no sistema de compensação.

RASCUNHO

Com base nos conceitos e aplicações da análise econômico-financeira, julgue os seguintes itens.

**72** Dispõe-se dos seguintes dados obtidos das demonstrações contábeis de uma empresa comercial:

- ▶ fornecedores – saldo inicial: R\$ 550.000,00;
- ▶ fornecedores – saldo final: R\$ 850.000,00;
- ▶ CMV: R\$ 3.400.000,00;
- ▶ EI de mercadorias: R\$ 300.000,00;
- ▶ EF de mercadorias: R\$ 400.000,00.

Com base nos dados acima e sabendo-se que correspondem a um período de 360 dias, conclui-se que o prazo médio de pagamento das compras é de 72 dias.

**73** Sabendo-se que o lucro operacional de uma empresa antes das despesas financeiras de juros e dos tributos sobre o resultado foi de R\$ 4.570.000,00 e que as referidas despesas de juros atingiram R\$ 190.000,00, conclui-se que, pelo índice de cobertura de juros, o lucro operacional cobre as despesas financeiras por 25 exercícios sociais.

**74** A conta duplicatas descontadas é usualmente reclassificada para o passivo, na análise econômico-financeira, o que permite conhecer melhor a empresa no que se refere ao seu grau de dependência de recursos de curto prazo provenientes de instituições financeiras.

A respeito de matéria orçamentária pública, julgue os itens de **75** a **83**.

**75** A necessidade de acompanhamento e controle públicos do orçamento de investimento das empresas estatais decorre não só do volume e da natureza de suas aplicações, no contexto da programação governamental, como também da origem de seus recursos, entre os quais dividendos retidos, aumento de capital pelo poder público, transferências orçamentárias, financiamentos e avais obtidos por meio do Estado.

**76** Considere a seguinte situação hipotética.  
Em meados de dezembro, ao se constatar, em determinado ente, a necessidade de suplementação para a conclusão de um programa, verificou-se que a arrecadação desse ente havia ultrapassado, em R\$ 450.000,00, a previsão inicial, que havia um saldo de dotações de R\$ 380.000,00, que não seria utilizado e um crédito especial de R\$ 270.000,00, aberto em outubro, que provavelmente só seria usado no exercício seguinte.  
Nessas condições, concluiu-se haver disponibilidade para a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00.

**77** Os programas de duração continuada, constantes dos planos plurianuais (PPAs), compreendem despesas de capital destinadas tipicamente à realização das atividades-meio dos órgãos e entidades integrantes do orçamento público.

**78** Antes mesmo da vigência da Constituição de 1988 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a legislação orçamentária — Lei n.º 4.320, de 1964 — já restringia a admissibilidade de emendas ao projeto de lei orçamentária, de forma até mais rigorosa, como, por exemplo, no caso de alteração de dotação para investimento, ressalvada a hipótese de comprovação de inexatidão da proposta.

**79** Suponha que a lei orçamentária tenha autorizado o Poder Executivo a abrir créditos suplementares em favor das agências reguladoras, no limite das suas necessidades, a serem cobertos, ainda que parcialmente, com o excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas, independentemente de sua destinação. Nesse caso, foram infringidos pelo menos dois princípios orçamentários: anualidade e exclusividade.

**80** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) admite, sob certas circunstâncias, compensar a criação de uma despesa obrigatória de caráter continuado mediante aproveitamento da margem de expansão dessa despesa, que deverá constar do Anexo de Metas Fiscais.

**81** A LDO estabelece que os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional não requerem a edição de decreto para a sua abertura, que se dará automaticamente com a sanção e publicação da respectiva lei.

**82** A necessidade de definição clara e precisa dos objetivos governamentais é condição básica para a adoção do orçamento-programa. No caso, por exemplo, de tornar-se um rio navegável, serão necessárias indicações sobre os resultados substantivos do programa, que envolverão informações, tais como redução no custo do transporte e diminuição dos acidentes e das perdas com a carga.

**83** A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, classifica como de remanejamento a emenda à despesa que propõe acréscimo ou inclusão de dotações, simultaneamente à anulação de outras dotações, o que acarreta disputas regionais sempre que tais emendas são apresentadas por bancadas estaduais, que procuram transferir recursos de outras unidades da Federação.

RASCUNHO

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- 84** O pagamento dos tributos devidos pelos contribuintes constitui o estágio do recolhimento da receita. A arrecadação realiza-se com a transferência desses recursos para a conta única de cada ente, em prazos definidos contratualmente, com cada instituição.
- 85** Suponha que a ANTAQ, de acordo com o orçamento aprovado, efetue uma transferência para determinada unidade da Federação, com vistas à realização, por essa unidade, de investimentos no setor aquaviário. Nesse caso, a transferência efetuada constitui uma despesa orçamentária de capital efetiva.
- 86** Na descentralização de créditos, a execução da despesa orçamentária realiza-se por meio de outro órgão ou entidade, não se alterando a classificação funcional e a estrutura programática.
- 87** O cartão de pagamento do governo federal é um instrumento de pagamento emitido em nome do servidor beneficiário, operacionalizado pela instituição financeira onde esse servidor tiver conta, podendo o cartão ser utilizado por outro servidor, desde que com a mesma finalidade e para o mesmo período.
- 88** Considere que o relatório resumido da execução orçamentária do governo federal tenha registrado, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 17,6 bilhões de restos a pagar não processados referentes aos últimos exercícios, ainda não pagos. Nessa situação, esse valor se justifica por meio de despesas autorizadas, referentes a serviços que ainda não foram prestados, materiais ainda não entregues ou obras ainda não concluídas, ou a credores que ainda não se habilitaram devidamente, entre outras situações similares.
- 89** Suponha que, na execução de um contrato, firmado nos últimos quatro meses do exercício, tenha havido divergência na aplicação de suas cláusulas entre a administração e a empresa contratada. O empenho correspondente foi cancelado, revertendo-se o crédito à respectiva dotação, cujo saldo foi baixado ao final do exercício. Nesse caso, esclarecida a situação, no exercício seguinte, e reconhecido o direito do credor, a administração deverá quitar a obrigação à conta de despesas de exercícios anteriores.

Com relação às tomadas e prestações de contas, julgue os seguintes itens.

- 90** O amplo rol de responsáveis nos processos de contas sujeitos ao julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) compreende, no caso de autarquias, os responsáveis pela aprovação das prestações de contas de recursos concedidos mediante convênio ou instrumentos afins.
- 91** O controle exercido por meio do julgamento de tomadas e prestações de contas é um instrumento de controle predominantemente *a priori* e concomitante, iniciado pelos órgãos de controle interno que informam e orientam o gestor sobre os procedimentos a serem tomados e as providências a serem adotadas.

Com base nos conceitos e aplicações concernentes à contabilidade societária, no que diz respeito aos efeitos inflacionários sobre o patrimônio, aos investimentos societários e à destinação do resultado, julgue os próximos itens.

- 92** Na sistemática legal de reconhecimento dos efeitos inflacionários introduzida em 1976 pela Lei das Sociedades por Ações, procurava-se preservar a expressão monetária dos chamados itens monetários dos balanços e identificar, em cada conta de resultado, os ganhos e as perdas resultantes das modificações do poder de compra da moeda.
- 93** Considere a seguinte situação hipotética.  
A Cia. A, controladora de B, detém 26% das ações de B, e sua participação societária estava avaliada em R\$ 5.200.000,00. No último balanço, o patrimônio líquido de B passou a ser de R\$ 15.000.000,00.  
Nessa situação, considerando-se que a variação se deu por resultado apurado na controlada, a participação societária de A em B passará a ser avaliada em R\$ 3.900.000,00, e o resultado de A foi afetado negativamente em R\$ 1.300.000,00.
- 94** Se uma empresa tiver aplicações temporárias em ações, sem cotação no mercado e sem liquidez, essa participação societária deverá ser classificada como um investimento a longo prazo.
- 95** Suponha que uma sociedade Alfa tenha participação em uma sociedade Beta, avaliada pelo custo de aquisição, e que esta, ao final do exercício, tenha feito, corretamente, o seguinte lançamento:  
D – lucros acumulados  
C – dividendos propostos a pagar  
Nesse caso, a sociedade Alfa, em correspondência, deverá efetuar, corretamente, o seguinte lançamento:  
D – bancos  
C – receita de dividendos
- 96** Os lucros não destinados à formação ou ao aumento das reservas de lucros deverão ser utilizados para aumento de capital.

RASCUNHO



Com relação aos tributos e contribuições, julgue os itens a seguir.

- 97** A compensação dos prejuízos fiscais pode ser feita até o limite do lucro líquido ajustado, em um prazo de até 5 anos.
- 98** As empresas obrigadas a manter escrituração contábil poderão efetuar registros em data anterior à autenticação do Diário, desde que esses registros sejam anteriores ao encerramento do exercício.
- 99** Um lançamento do tipo  
D – bancos  
D – IRRF a compensar  
C – receitas...  
identifica o recebimento de uma receita com retenção de imposto de renda (IR), a ser compensado com o IR devido pelo beneficiário dessa receita.
- 100** Em uma compra de materiais de R\$ 50.000,00, com ICMS integrando o valor da operação e destacado na nota fiscal — no percentual de 20% —, o lançamento apropriado deveria ser:  
D – materiais 50.000,00  
D – ICMS a recolher 10.000,00  
C – fornecedores 60.000,00.
- 101** Quando se afirma que o valor da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) não poderá ser deduzido para efeito de determinação de sua própria base de cálculo, isso significa que o cálculo é feito “por fora”, isto é, mediante a aplicação direta da alíquota sobre a base de cálculo da contribuição, antes da dedução da CSLL.

Com relação aos conceitos e aplicações atinentes a custos em geral, julgue os itens subsequentes.

- 102** Para efeito de determinação dos custos dos produtos e dos serviços, o método indireto real faz a ligação completa — integrada e coordenada — da contabilidade de custos com a contabilidade geral. Esse método adota o inventário periódico, em que se calculam as saídas dos estoques por meio da contagem e avaliação dos saldos inicial e final desses estoques.
- 103** A minimização dos custos de administração dos estoques depende de uma combinação entre seus custos de reposição e de manutenção. A fórmula adotada resulta no pedido econômico de estoques, que se traduz na quantidade máxima de unidades a ser solicitada para que a reposição se dê o menor número possível de vezes.
- 104** A contabilidade está crescentemente focada em sistemas de informação que permitam melhor gerenciamento de custos, constituindo parte do domínio da contabilidade gerencial. A contabilidade de custos, como suporte para a tomada de decisões, é essencial para: introduzir ou cortar determinado produto, determinar preços, definir a melhor opção entre comprar ou produzir.
- 105** Sabendo-se que, em uma empresa industrial, os custos e despesas fixos são de R\$ 540.000,00, e a margem de contribuição unitária, R\$ 120,00, conclui-se que a empresa deverá produzir e vender, no mínimo, 4.500 unidades para que não haja prejuízo.
- 106** Considere a hipótese de o ponto de equilíbrio contábil ter sido calculado com base em custos e despesas fixos que incluem depreciação e amortização, que não representarão desembolso. Nesse caso, é correto afirmar que o ponto de equilíbrio financeiro será obtido a um nível de produção superior ao calculado para a obtenção do equilíbrio contábil.

Acerca das questões básicas de matemática financeira, julgue os itens seguintes.

- 107** Se 10 barcos, com capacidade de transportar 80 toneladas cada um, fazendo o percurso entre dois portos, à velocidade de 10 nós, durante 5 dias, podem transportar carga total de 1.000 toneladas, desprezando-se eventuais atrasos decorrentes da chegada e da partida dos portos, então, nas mesmas condições, 8 barcos precisarão ter uma capacidade acima de 65 toneladas para transportar, entre os mesmos portos, carga total de 900 toneladas, à velocidade de 12 nós, durante 6 dias.
- 108** Sabendo-se que o ano de 2008 foi bissexto, conclui-se que uma quantia aplicada do dia 15 de janeiro até 10 de abril daquele ano à taxa de juros diários deve render o mesmo valor total de juros, não importando se o cálculo for feito por meio do método de juros comerciais ou de juros exatos.
- 109** De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor amplo fechou 2008 com alta de 5,9%. Se, ao final desse ano, as empresas de transporte hidroviário tivessem reajustado seus preços em 10%, na média, poder-se-ia dizer que o setor obteve, no período, um ganho real inferior a 4%.
- 110** Suponha que uma empresa precise de R\$ 100.000,00 para determinado projeto de investimento. Considerando 1,1, 1,16 e 1,22 como valores aproximados de  $1,05^2$ ,  $1,05^3$  e  $1,05^4$ , respectivamente, essa empresa poderá obter esse montante de recursos se fizer um plano de aplicação no mercado financeiro de quatro meses, com quatro depósitos consecutivos — sendo o primeiro igual a R\$ 10.000,00 — que devem ser acrescidos de R\$ 8.000,00 cumulativos a partir do segundo mês a uma taxa de juros compostos de 5% ao mês.
- 111** Considere que uma empresa tenha contratado um financiamento para a compra de um navio por 20 milhões de reais, que deveria ser amortizado em 36 meses pelo sistema de prestações iguais a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês. Tomando-se 0,49 como valor aproximado de  $1,02^{-3,6}$ , se a empresa reservou 780 mil reais de seu faturamento mensal para o pagamento do empréstimo, sua situação financeira em relação ao contrato tenderá a se tornar crescentemente deficitária.

RASCUNHO

Acerca de aspectos financeiros dos investimentos, julgue os itens que se seguem.

- 112** Se um projeto de investimento for realizado em condições tais que a taxa de custo de capital corresponda a valores menores do que a taxa interna de retorno, o projeto apresentará uma renda positiva para os investidores.
- 113** Se dois projetos são mutuamente excludentes e o projeto A apresenta fluxo de investimento igual a R\$ 1.500.000,00, custo de capital de 10% e fluxo de caixa esperado de R\$ 2.500.000,00, ele será preferível ao projeto B, se este apresentar fluxo de investimento de R\$ 2.000.000,00, custo de capital de 15% e fluxo de caixa esperado igual a R\$ 3.200.000,00.
- 114** Considere um título de renda fixa que ofereça pagamentos de cupons semestrais a uma taxa de 16% ao ano, com capitalização semestral, durante 10 anos, findos os quais deva ser restituído ao titular o valor nominal de R\$ 1.000,00. Se, depois de dois anos do lançamento do título, a taxa de juros de mercado passar a ser de 12% ao ano, com capitalização semestral, o valor de comercialização do título passará a ser inferior a R\$ 1.000,00.

Com relação às licitações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 115** A legislação brasileira permite que, em determinados casos, a comissão de licitação seja substituída por um único servidor público.
- 116** Nos casos em que os recursos contra os atos da administração tenham efeito devolutivo, a autoridade competente pode atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 117** Se o contratado atrasar injustificadamente a execução do contrato, estará sujeito à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, a qual, no entanto, não pode ser superior ao valor da garantia prestada.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

- 118** O montante previsto para as receitas de operações de crédito pode ser superior ao das despesas de capital, desde que o excesso seja aprovado pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- 119** Além de estabelecer regras para a realização das chamadas despesas obrigatórias de caráter continuado, a LRF atribuiu às leis de diretrizes orçamentárias a competência para definir limites e condições para a expansão dessas despesas.
- 120** O percentual das receitas correntes líquidas que serve de limite de despesas de pessoal para determinado tribunal de contas dos municípios deve ser repartido com os órgãos do Poder Legislativo do estado em que o tribunal estiver localizado.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço indicado para rascunho no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

Há bastante tempo, vem-se discutindo a viabilidade e a conveniência da adoção do chamado orçamento impositivo na administração pública, em contraposição ao sistema hoje em vigor no país, caracterizado como meramente autorizativo. Nos moldes atuais, o Poder Legislativo, não obstante todas as prerrogativas asseguradas pela Constituição de 1988, transforma-se em uma espécie de figurante no processo orçamentário, praticamente controlado pelo Poder Executivo.

---

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

### **ORÇAMENTO AUTORIZATIVO: algumas consequências e alternativas.**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a profusão de créditos suplementares, que alteram os montantes e a composição da lei orçamentária inicialmente aprovada;
- ▶ a liberalidade dos contingenciamentos e a discricionariedade da programação financeira;
- ▶ a prática da negociação para a execução do orçamento nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo.

Em todas essas situações, proponha mecanismos ou instrumentos para eliminação/minimização das possíveis distorções.

---

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	